

2021

Outubro e Novembro Ed. 31 Vol. 1. Págs. 351-366

JNT-FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1



A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O REFERENCIAL CURRICULAR DO TOCANTINS: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM PERSPECTIVA

THE COMMON NATIONAL CURRICULUM BASE AND THE CURRICULUM FRAMEWORK OF TOCANTINS: LANGUAGE VARIATION IN PERSPECTIVE

Monike Sandes BRITO
Universidade Federal do Norte do Tocantins
(UFNT)

E-mail: monike.brito@mail.uft.edu.br

Francisco Edviges ALBUQUERQUE Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

E-mail: fediviges@ul.com.br





RESUMO

Documento norteador do Ensino Básico em todo território nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) é obrigatório e está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/98) e no Plano Nacional da Educação (2004), devendo constar como referencial nos currículos de todas as Escolas de redes públicas e particulares. Alinhando-se à BNCC, o Governo do Estado do Tocantins elaborou e publicou o Referencial Curricular do Tocantins (RCT, 2018). Em suas constituições esses documentos reservam boa parte de seu conteúdo para a Variação Linguística, área do conhecimento da Linguagem que estuda seu uso da Língua Portuguesa nas interações sociais de cada comunidade. Nesse sentido apresentamos esse ensaio, que tem como objetivo descrever, discutir e analisar a Variação Linguística nos Documentos oficiais Federais BNCC e Estadual RCT, identificando como é proposto no Ensino de Língua Portuguesa as Variações Linguísticas, considerando que esta é uma teoria da Sociolinguística, área do conhecimento que trata de estudar a relação entre Língua e Sociedade. Os procedimentos metodológicos foram pesquisa bibliográfica, internetnográfica e documental. Foram realizadas leitura e fichamento de livros, capítulos de livros e artigos científicos disponíveis na Base de Dados Google Acadêmico, Scielo -Biblioteca Eletrônica Científica Online e periódicos disponíveis na Plataforma Capes -Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Os resultados indicam que tanto a BNCC quanto o RCT tratam a Variação Linguística como primordial no Ensino de Língua Portuguesa; que ao se apropriarem dos aportes teóricos e práticos da Língua em situação de uso, os estudantes da Educação Básica podem perceber a importância de se valorizar a língua em sua conotação oral, entendendo o outro em suas idiossincrasias, enfrentado o preconceito linguístico e exercendo a empatia.

Palavras-Chave: Base Nacional Comum Curricular. Referencial Curricular do Tocantins. Variação linguística.

ABSTRACT

Guiding document of Basic Education throughout the national territory, the Common Base National Curriculum (BNCC, 2018) is mandatory and is provided for in the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB, 9394/98) and in the National Education Plan (2004), and should appear as a reference in the curricula of all public and private schools. Aligning itself with the BNCC, the Tocantins State Government prepared and published the Tocantins Curriculum Framework (RCT, 2019). In their constitutions, these documents reserve a good part of their content for Linguistic Variation, an area of knowledge of Language that studies its use of the Portuguese Language in the social interactions of each community. In this sense, we present this essay, which aims to describe, discuss and analyze Linguistic Variation in the official Federal BNCC and State RCT Documents, identifying how Linguistic Variations are proposed in Portuguese Language Teaching, considering that this is a theory of Sociolinguistics, an area knowledge that tries to study the relationship between Language and Society. The methodological procedures were bibliographic, internetnographic and documentary research. Reading and writing of books, book chapters and scientific articles were made available in the Google Scholar Database, Scielo - Online Scientific Electronic Library and periodicals available in the Capes Platform - Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel. The results indicate that both BNCC and RCT treat Linguistic Variation as essential in Portuguese Language Teaching; that by appropriating the theoretical and practical contributions of the language in use, students of Basic Education can perceive the importance of valuing the language in its orais connotation, understanding the other in its idiosyncrasies, facing linguistic prejudice and exercising empathy.

Keywords: National Common Curricular Base. Tocantins Curriculum Reference. Linguistic variation.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

Em 2018 veio a público a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de nível federal, obrigatório, que já estava previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/98) e no Plano Nacional da Educação (PNE) de 2004 (BRASIL. 2018). Em nível estadual, no Tocantins foi apresentado, também em 2018, o Referencial Curricular do Tocantins (RCT). De teor obrigatório, tais documentos foram divulgados e implementados nas Escolas de redes públicas e particulares do país (TOCANTINS, 2018).

Direcionados aos estudantes da Educação Básica, em todos os níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), em suas constituições esses documentos trazem a Variação Linguística, área do conhecimento da Linguagem que estuda seu uso da Língua Portuguesa nas interações sociais, reservando boa parte se seu conteúdo para o estudo da língua em situação de uso (BRASIL, 2018).

O objetivo da pesquisa foi descrever, discutir e analisar a Variação Linguística conforme os Documentos oficiais Federal BNCC (2018) e Estadual RCT (2018), identificando como é proposto no Ensino de Língua Portuguesa as Variações Linguísticas, considerando que esta é uma teoria da Sociolinguística, área do conhecimento que trata de estudar a relação entre Língua e Sociedade.

Os procedimentos metodológicos foram pesquisas bibliográfica, documental e internetnográfica. Os resultados apresentam um cenário onde a BNCC e o RTC dialogam de forma interdisciplinar com resultados expressivos na aprendizagem das variações linguísticas em aulas de Língua Portuguesa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos partiram de uma pesquisa qualitativa de teor bibliográfico e interdisciplinar e internetnográfica (por ter se realizado, também pela

353

internet e suas ferramentas), para tanto foram utilizados os seguintes teóricos: Antônio Carlos Gil (2002); Severina Alves Almeida (2015); Severina Alves Almeida *et al* (2017). É também uma pesquisa do tipo documental, embasada em Jackson Ronie Sá-Silva *et al* (2009).

Ainda, a pesquisa se efetivou mediante leituras e fichamentos de livros, capítulos de livros, artigos científicos e *E-books* disponibilizados na *Internet*, além de uma vasta literatura acadêmica disponíveis em bibliotecas digitais e bancos de dados como SciELO, Google Acadêmico e periódicos disponíveis na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para validar nossas argumentações acerca das Variações Linguísticas nos documentos BNCC e RTC levantou-se uma literatura pertinente à temática, a partir das palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referencial Curricular do Tocantins (RCT) e Variação linguística.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A BNCC (2018) é um documento de Ministério da Educação (MEC), previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/98), e no Plano Nacional da Educação (PNE) de 2004. De teor obrigatório, a BNCC deve ser implementada em todas as Escolas de redes públicas e particulares do país (BRASIL, 2018).

Segundo Sousa Filho e Moura (2020), a BNCC é um documento de caráter

[...] normativo, editado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado em 2017 pelo Ministério da Educação (MEC), que define, segundo o próprio texto [...] "o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica". A BNCC foi construída para reafirmar os documentos anteriores, trazendo um alicerce unificado e fomentador de qualidade no ensino da educação básica [...] (SOUSA FILHO; MOURA, 2020, pp. 71-72).

Ainda de acordo com esses autores, a BNCC, foi idealizada a partir de documentos que a antecederam, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) (BRASIL, 1998):

Os PCNs (1998) propunham, como objetivo geral do ensino de língua portuguesa para o ensino fundamental, a formação de indivíduos capazes de adequar-se às diversas situações discursivas, expressando-se oralmente e por escrito em diferentes padrões de linguagem, especialmente o culto, a fim de adquirir competência leitora para obter informações, interpretar dados e fatos, recrear-se, recriar, observar, comparar e compreender textos (SOUSA FILHO; MOURA, 2020, p. 74).

Nesse sentido, é perceptível a importância de consultar os PCNs para elaboração da BNCC, pois em seus textos estão destacadas situações discursivas, tanto oral quanto escritas, permitindo aos estudantes maior e melhor compreensão dos aspectos interacionais da Língua Portuguesa, considerando fatores como variações linguísticas, ou seja, a língua em situação de uso.

Nesse sentido, os PCNs (BRASIL, 1998) destacam que "[...] as práticas de língua(gem) permeiam todas as interações sociais dos indivíduos e elas se desenvolvem a partir da reflexão e do uso efetivo da linguagem em situações de interlocução" (SOUSA FILHO; MOURA, 2020, p. 75), ao mesmo tempo em que propõem:

[...] que as didáticas de ensino de Língua Portuguesa deveriam ser organizadas a partir do texto (oral ou escrito) como unidade básica do ensino da língua portuguesa, vale dizer, esse documento colocou o estudo dos gêneros textuais como referência básica para o trabalho com os diversos textos, na implementação desse aprendizado significativo (SOUSA FILHO; MOURA, 2020, p. 75).

É perceptível que o ensino de Língua Portuguesa proposto pelos PCNs vai ao encontro do que estabelece a BNCC, pois preconizam um ensino baseado em textos orais e escritos, com forte conotação das variações linguísticas. Não obstante, nesse documento o principal objetivo para a disciplina de Língua Portuguesa é:

[...] proporcionar saberes linguísticos para que o aluno possa se comunicar nas mais variadas situações, considerando a dimensão oral e escrita da língua como um contínuo da aprendizagem. E é através do texto em sua modalidade verbal, visual e gestual definido como multimodalidade de linguagens, que são estimuladas as competências do educando (SOUSA FILHO; MOURA, 2020, p. 78).

É ainda desses autores a premissa de que tanto os PCNs quanto a BNCC apresentaram, no que diz respeito ao ensino para falantes de uma língua, a possibilidade de uma efetiva relação entre sujeitos ativos, assim como, também, a criação de uma identidade social de um determinado povo, construída por estilos e por registros que se

individualizam, de modo que possibilite os parâmetros da variação, ordenação e valoração social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a Sociolinguística e as Variações Linguísticas

Considerando que a língua é constituída socialmente, Sousa Filho e Moura (2020) entendem que o estudo da língua deve levar em conta o fato de que "[...] os recursos, as categorias gramaticais e os elementos internos de determinada língua se interagem no texto, produzindo ou revelando uma coerência dentro de uma sequência linguística própria" (SOUSA FILHO; MOURA, 2020, p. 80). Nesse sentido, "[...] a interação verbal e a produção de linguagem, forma de comunicação entre os falantes de uma língua, possibilitam a relação entre sujeitos ativos, bem como a criação identitária social de um povo, construída por estilos e por registros distintos" (SOUSA FILHO, MOURA, 2020, p. 80), e sendo assim, os parâmetros da variação possibilitam uma ordenação valorativa social.

[...] entretanto, entre a concepção variacional da língua e a consequente aplicabilidade desta em sala de aula, há uma lacuna procedimental, como adiante se verá, pois o que se tem percebido desde há muito tempo é a concepção enviesada de que a língua e suas manifestações orais e/ ou escritas são uniformes e pautadas quase que exclusivamente na gramática normativa (SOUSA FILHO; MOURA, 2020, p. 80).

Aqui os autores chamam atenção para uma problemática que é a uniformidade da Língua Portuguesa, vista como uma realidade, o que atrapalha qualquer ação em relação ao ensino das manifestações orais que fazem parte do repertório de crianças, jovens e adultos que chegam às escolas brasileiras

A Sociolinguística Variacionista: Alguns Apontamentos

A variação linguística é uma realidade entre falantes de uma língua. É uma vertente da Sociolinguística, teoria desenvolvida nas décadas de 1960 e 1970 por William Labov. Segundo Santos e Melo (2019), Labov foi o grande expoente da Sociolinguística, contribuindo ostensivamente para que fosse elaborado o modelo teórico-metodológico que veio a ser conhecido como Sociolinguística Laboviana, ou Sociolinguística Variacionista ou, ainda, Sociolinguística quantitativa (LABOV, 2008 [1972]).

A proposta de Labov (2008), conforme Santos e Melo (2019), determina como fundamental para os estudos linguísticos,

[...] a presença do componente social e, nesse sentido, rompe com a visão de comunidade de fala homogênea, definindo a existência de uma variação inerente à comunidade de fala, já que um mesmo falante pode se expressar de maneiras distintas, ao levar em conta as diferentes situações de comunicação, além do fato de que não há dois falantes que se expressem exatamente do mesmo modo (SANTOS; MELO, 2019, p. 119).

Santos e Melo (2019) concluem, nessa perspectiva, que a língua deixa de lado sua concepção de um sistema de regras categóricas e invariantes, homogêneas, mas, antes, passa a ser vista como um sistema heterogêneo que contém não somente regras categóricas, mas também "[...] regras variáveis, comportando os elementos internos da língua e os elementos externos a ela" (SANTOS; MELO, 2019, p. 119).

A Sociolinguística estuda a relação entre a língua e as pessoas que a falam, ou seja, uma comunidade linguística. Segundo Labov (2008) *apud* Almeida (2015), uma comunidade de fala caracteriza-se como um grupo de pessoas que compartilha normas e atitudes sociais em comum. Nesse sentido, uma comunidade de fala é definida como a participação de um grupo de falantes em um conjunto de normas compartilhadas, as quais podem ser observadas em diferentes tipos de comportamento avaliativos, assim como pela uniformidade de padrões abstratos de variação, que são invariáveis em relação a níveis específicos de uso (LABOV, 2008 *apud* ALMEIDA, 2015).

Martelotta (2011), citado por Santos e Melo (2019), entendem que:

[...] a variação é um mecanismo essencial das línguas, em que formas distintas apresentam significado equivalente ou mesma função em uma mesma comunidade de fala, no nível do vocábulo, da morfossintaxe, e/ou fonético-fonológico, podendo coexistir durante muito tempo ou apresentarem um estágio de mutação, em que uma das formas tende a desaparecer, dando lugar a uma forma mais nova que irá ocupar, progressivamente, os lugares da forma antiga, ocorrendo, portanto, o fenômeno denominado de mudança (MARTELOTTA, 2011, p. 46 apud SANTOS; MELO, 2019, pp. 119-120).

Nessa perspectiva, o estudioso da sociolinguística pode mapear possíveis influências de natureza linguística e/ou extralinguística, acerca do emprego variável das formas, investigando o grau de estabilidade ou mutabilidade da variação, concluem Santos e Melo (2019).

Língua e Variação Linguística na BNCC

Segundo Pereira e Patriota (2019), a BNCC apresenta uma concepção de língua seguida pelo documento, referindo-se à língua como interação, pois ele expõe, tanto indiretamente como diretamente, referências a essa concepção desde o seu início, uma vez que logo na apresentação do documento, estendendo-se aos capítulos que dizem respeito aos estudos linguísticos, notadamente a área de Linguagens.

Logo na apresentação da área de Linguagens, a BNCC destaca o papel das práticas de linguagem numa dimensão social, assegurando que é por intermédio dessas práticas que os sujeitos agem e interagem no mundo, construindo significados coletivos (BRASIL, 2018). Nesse sentido, ao abordar as formas de interação por meio da linguagem, o documento reafirma este aspecto social e interacional da língua, ressaltando o seu aspecto tanto cultural como dinâmico, concluem Pereira e Patriota (2019). Segundo a BNCC

[...] ao chegar ao Ensino Médio, os estudantes já têm condições de participar de forma significativa de diversas práticas sociais que envolvem a linguagem, pois, além de dominarem certos gêneros textuais/ discursivos que circulam nos diferentes campos de atuação social considerados no Ensino Fundamental, eles desenvolveram várias habilidades relativas aos usos das linguagens. Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos (BRASIL, 2018, p. 498).

A BNCC (2018) destaca ainda que:

[...] das práticas contemporâneas de linguagem, ganham mais destaque, no Ensino Médio, a cultura digital, as culturas juvenis, os novos letramentos e os multiletramentos, os processos colaborativos, as interações e atividades que têm lugar nas mídias e redes sociais, os processos de circulação de informações e a hibridização dos papéis nesse contexto (de leitor/autor e produtor/consumidor), já explorada no Ensino Fundamental. Fenômenos como a pós-verdade e o efeito bolha, em função do impacto que produzem na fidedignidade do conteúdo disponibilizado nas redes, nas interações sociais e no trato com a diversidade, também são ressaltados (BRASIL, 2018, pp. 498).

Essa diversidade em destaque na BNCC evolui para a Sociolinguística, ou mais efetivamente, para as Variações Linguísticas. Ademais, a BNCC (2018), assegura que o ensino de Língua Portuguesa deve contemplar também a variação da língua, considerando a oralidade e a escrita como fenômenos que se inter-relacionam (BRASIL, 2018).

Oralidade

Segundo a BNCC (2018) o tratamento das práticas de produção de textos compreende dimensões inter-relacionadas às práticas de uso e reflexão, conforme o quadro 1 a seguir:

Quadro 1. Excerto BNCC

	Refletir sobre diferentes contextos e situações
	sociais em que se produzem textos e sobre as
	diferenças em termos formais, estilísticos e
	linguísticos que esses contextos determinam,
	incluindo-se aí a multissemiose e características
	da conectividade (uso de hipertextos e
	hiperlinks, dentre outros, presentes nos textos
	que circulam em contexto digital).
Consideração e reflexão sobre as condições	
de produção dos textos que regem a	Analisar as condições de produção do texto no
circulação de diferentes gêneros nas	que diz respeito ao lugar social assumido e à
diferentes mídias e campos de atividade	imagem que se pretende passar a respeito de si
humana	mesmo; ao leitor pretendido; ao veículo
	ou à mídia em que o texto ou produção cultural
	vai circular; ao contexto imediato e ao contexto
	sócio-histórico mais geral; ao gênero do
	discurso/campo de atividade em questão etc.
	·
	Analisar aspectos sociodiscursivos, temáticos,
	composicionais e estilísticos dos gêneros
	propostos para a produção de textos,
	estabelecendo relações entre eles.
	Orquestrar as diferentes vozes nos textos
	pertencentes aos gêneros literários, fazendo uso
	adequado da "fala" do narrador, do discurso
	direto, indireto e indireto livre.
	,
Relação e Dialogia Entre Textos	Estabelecer relações de intertextualidade para
	explicitar, sustentar e qualificar
	posicionamentos, construir e referendar
	explicações e relatos, fazendo usos de citações
	e paráfrases, devidamente marcadas e para
	produzir paródias e estilizações.
	Estabelecer relação entre fala e escrita,
	Estabelecci felação entre fala e escrita,

Relação entre Oralidade e Escrita

levando-se em conta o modo como as duas modalidades se articulam em diferentes gêneros e práticas de linguagem (como jornal de TV, programa de rádio, apresentação de seminário, mensagem instantânea etc.), as semelhanças e as diferenças entre modos de falar e de registrar o escrito e os aspectos sociodiscursivos, composicionais e linguísticos de cada modalidade sempre relacionados com os gêneros em questão.

Oralizar o texto escrito, considerando-se as situações sociais em que tal tipo de atividade acontece, seus elementos paralinguísticos e cinésicos, dentre outros.

Refletir sobre as variedades linguísticas, adequando sua produção a esse contexto.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2018).

Esse quadro de habilidades, com algumas modificações, foi apresentado também por Santos e Melo (2019). Para esses autores, os blocos selecionados não tratam, por exemplo, das habilidades de compreensão e de produção de textos orais, mas das "condições de produção de textos orais" e a "relação entre fala e escrita".

No tocante à produção de textos orais há de se considerar as variações linguísticas próprias da oralidade, que, ao evoluir para a escrita deve ser monitorada, ou seja, adaptada à Norma Culta da Língua Portuguesa.

Quanto à leitura e escrita, Santos e Melo (2019) assim se manifestam:

A relação entre fala e escrita, por sua vez, está vinculada a habilidades distintas — (1) estabelecer relação entre fala e escrita, (2) oralizar o texto escrito e (3) refletir sobre as variedades linguísticas. O aspecto central desse conjunto é fazer com que o aluno seja um investigador das relações entre os gêneros da oralidade e da escrita; mais do que isso, que ele estabeleça associações de "semelhanças" e de "diferenças" entre os modos de falar em um debate, seminário, palestra etc. e de textualizar o escrito (SANTOS; MELO, 2019, p. 127).

Esse trabalho comparativo não deve ser minimalista, mas, antes, capaz de gerar a compreensão de que tais modalidades são parte do mesmo sistema da língua, que podem ter peculiaridades com diferenças bem acentuadas (SANTOS; MELO, 2019).

A BNCC referindo-se ao ensino de Língua Portuguesa, do 6º ao 9º ano, apresenta as práticas de linguagem, objetivos do conhecimento e habilidades, conforme segue:

Variação linguística: (EF69LP55): Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma padrão e o de preconceito linguístico. (EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada (BRASIL, 2017, pp. 160-161) (grifos nosso).

Nesse sentido, e ao estabelecer o uso consciente e reflexivo de regras e da normapadrão em situações de fala e escrita nas quais deve ser usada, a BNCC pensando no
professor orientador que, ao se dirigir ao contemporiza as adequações dos usos linguísticos
conforme as situações sociocomunicativas. Ademais, tal proposta retoma os níveis
extralinguísticos de variação elaborados por Labov (2008 [1972]), uma vez que o uso das
diferentes formas linguísticas pode ser determinado de acordo com os papéis sociais que o
falante desempenha em situações comunicativas (variação diafásica). Desse modo, o
professor deve orientar o aluno quanto à relevância do emissor e/ou receptor do texto,
naquilo que diz respeito ao uso mais formal ou menos formal da língua (SANTOS; MELO,
2019).

Referencial Curricular do Tocantins (RCT)

Visando a atender às recomendações da BNCC (2018) a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO) publicou o Referencial Curricular do Tocantins (RCT) de 2018. Nesse sentido passamos, a seguir, a apresentar algumas descrições, ao mesmo tempo em que discutimos e analisamos seu teor, no que diz respeito ao trato da Variação Linguística em aulas de Língua Portuguesa.

Segundo Moura Júnior (2018), com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, deu-se:

[...] início ao processo de implementação por meio do regime de colaboração entre o Ministério da Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselhos Estaduais de Educação e União Nacional dos Conselhos. Municipais de Educação (UNCME), que se uniram para o processo de elaboração dos currículos alinhados a tal instrumento. Assim foi desenvolvido o Documento Curricular do Tocantins (MOURA JÚNIOR, 2018, p. 10).

Nessa direção o documento é um marco nas relações linguísticas e sociolinguísticas entre professores e estudantes da Educação Básica do Estado do Tocantins que:

[...] em regime de colaboração com seus 139 municípios consolidou o Documento Curricular do Tocantins, aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins, por meio da Resolução nº 24, de 14 de março de 2019. [...] O Documento Curricular do Tocantins divide-se em quatro cadernos destinados às duas primeiras etapas da educação básica, sendo um da educação infantil, organizado em cinco capítulos, a saber: Educação infantil como política; Diversidade e identidade cultural do Tocantins; os profissionais e formação docente; Organização do trabalho pedagógico; os direitos de aprendizagem e as experiências cotidianas. Os demais cadernos destinam-se ao ensino fundamental, estruturados por competências e habilidades e organizados por área de conhecimento: Linguagens; Ciências Humanas e Ensino Religioso; Ciências da Natureza e Matemática (MOURA JÚNIOR, 2018, p. 11).

Assim descrito o arcabouço teórico do DCT do Tocantins, passa-se, a seguir, a discutir e analisar teoricamente como a Língua Portuguesa e, consequentemente as Variações Linguísticas no referido documento.

O DCT: Linguagem, Língua Portuguesa e Variações Linguísticas

Segundo o DCT (2018), tanto na BNCC como nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica e no Documento Curricular do Tocantins, a área de Linguagens é composta pelos componentes curriculares Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física. Foca-se nesta pesquisa o componente de Língua Portuguesa.

Nesse sentido, esses componentes contribuem decisivamente para a formação social do "ser humano", que em suas relações sociais interagem mediados por diversas linguagens: "[...] verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, artística, sonora e digital, que permitem aos estudantes ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas" (MOURA JÚNIOR, 2018, p. 15).

Ademais, considerando as experiências vivenciadas na Educação Infantil, as linguagens, no Ensino Fundamental:

[...] tornam-se objetos de conhecimento dos componentes que as constituem. São tematizadas diversas práticas culturais e contemporâneas, marcadas pela formação da população tocantinense: povos indígenas - Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô Kanela, Apinajé e Avá

Canoeiros; comunidades remanescentes quilombolas, comunidades tradicionais ribeirinhas, quebradeiras de coco, dentre outros, o que caracteriza e torna significativo a diversidade linguística e cultural no estado (MOURA JÚNIOR, 2018, p. 15).

Com efeito, esse mesmo documento sustenta que a riqueza cultural do Tocantins é constituída, mais efetivamente, pelos patrimônios culturais materiais e imateriais, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Cultural (IPHAN). Dessa forma, enquanto os patrimônios materiais são representados pelos conjuntos urbanos, como se pode perceber em cidades como Natividade e Porto Nacional, "[...] os patrimônios imateriais contemplam os registros da Roda de Capoeira; do Rtixòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá1; o Ofício dos Mestres de Capoeira e os saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá" (MOURA JÚNIOR, 2018, p. 15). Não obstante,

[...] as comunidades quilombolas e os povos indígenas tocantinenses apresentam suas características próprias relacionadas às lutas, à dança, aos jogos, às brincadeiras e aos esportes. As atividades vivenciadas no dia a dia das aldeias e comunidades, como o cultivo de alimentos, a colheita de frutos da mata, a pesca, a caça, o banho no rio, as danças, os rituais sagrados e festivos devem ser valorizados como linguagens que expressam e integram as pessoas. [...] São diversas expressões artísticas pertencentes à cultura tocantinense, de norte a sul do estado, como as Cavalhadas, o Congo ou Congadas, a Festa de Nossa Senhora da Natividade, a Festa do Divino Espírito Santo, os Festejos de Nossa Senhora do Rosário, a Folia de Reis, Os Caretas, a Roda de São Gonçalo e, na dança, a Sússia e Jiquitaia (MOURA JÚNIOR, 2018, p. 15).

Considerando que as linguagens são mutantes faz-se necessário manter o foco da ação pedagógica nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, pois este é o período em que se efetiva o processo de alfabetização. Sendo assim é fundamental que se preservem as culturas infantis que estão presentes nas práticas tematizadas pelos componentes da área de linguagens. Ademais, ao levar em conta questões como a regionalidade do Tocantins, em consonância com as competências apresentadas pela BNCC, a Língua Portuguesa, deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas da área de Linguagens (MOURA JÚNIOR, 2018).

Se, por anos, o ensino centrou-se em moldes tradicionais, no trabalho com estruturas e modelos, hoje, o enfoque recai na interação, no trato com finalidades e objetivos diversos e na abordagem metodológica adequada a cada finalidade e objetivo. A Língua Portuguesa, no âmbito

da BNCC, dialoga com documentos e orientações curriculares, produzidos nas últimas décadas, atualizando-os, tendo em vista as recentes transformações das práticas de linguagem. Assim, como já exposto no Referencial Curricular do Tocantins (Tocantins, 2009, p. 250), é fundamental o trabalho com "linguagens" na escola, a fim de possibilitar ao estudante a observação, o descobrimento, a inferência e a reflexão sobre o mundo, dialogando com o outro, concebendo a língua como fruto da interação social (MOURA JÚNIOR, 2018, p. 18).

Desse modo, ao considerar as relações sociais concretizadas em forma de diálogos, o DCT (2018) assegura que "[...] esses acontecem por meio de textos, tidos como unidade de trabalho, relacionados a seu contexto de produção e ao desenvolvimento de habilidades que levem ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses" (MOURA JÚNIOR, 2018, p. 19).

Nesse sentido, o componente curricular de Língua Portuguesa, segundo Soares (1995) citada no DCT por Moura Júnior (2018):

[...] possibilita aos estudantes experiências que possam contribuir para a ampliação dos letramentos, ou seja, para o desenvolvimento de habilidades que promovam ao sujeito ler e escrever nas situações pessoais, sociais e escolares em que é levado a produzir gêneros, em contextos com objetivos e interlocutores diversos [...] de forma a favorecer a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais (SOARES, 1995 apud MOURA JÚNIOR, 2018, p. 18).

Em relação às Variações Linguísticas, as orientações do Documento Curricular do Tocantins (2019), são as mesmas da BNCC, reproduzindo textualmente as recomendações desse documento do MEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho apresentou-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular do Tocantins (RCT), descrevendo, discutindo e analisando o Ensino de Língua Portuguesa e as Variações Linguísticas contidas em seus textos.

A recomendação é que o ensino de Língua Portuguesa se efetivo tendo as variações linguísticas como objeto da aprendizagem, presente no eixo Análise Linguística/semiótica, considerando o sistema de normas e de regras da norma-padrão, sem perder de vista uma necessário criticidade e aceitação dos falares diferentes com os quais as escolas se deparam sempre que recebem novos alunos em suas classes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Severina Alves *et al.* A Pesquisa Etnográfica no Contexto Indígena Apinajé. **JNT - Facit Business and Technology Journal.** [s.l], v. 1, n. 2, p. 156-176, 2017. Disponível em: http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/181/0>. Acesso em: 06 nov. 2019.

ALMEIDA, Severina Alves **Etnossociolinguística e letramentos**: contribuições para um currículo bilíngue e intercultural indígena apinajé. 2015. 358f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília, 2015... Disponível: https://repositorio.unb.br/handle/10482/19989>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versa ofinal_site.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020. __. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2005. Disponível: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf. Acesso em: 19 dez. 2020. . O Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024, Brasília: INEP, 2015. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7 %C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40eea52012c6fc77700f?version=1 .1 >. Acesso em: 19 nov. 2020. _. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais, Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf. Acesso em: 19 dez. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

LABOV, Willian. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola, 2008.

MOURA JÚNIOR, Bartolomeu. Apresentação do **Referencial Curricular do Tocantins** (**RCT**). 2018. Disponível: https://seduc.to.gov.br/noticia/2020/9/1/documento-curricular-do-tocantins---estao-abertas-consulta-publica-para-profissionais-da-educacao-e-escuta-dos-estudantes. Acesso em: 19 dez. 2020.

PEREIRA, Paulo Ricardo Ferreira.; PATRIOTA, Luciene Maria. A variação linguística na Base Nacional Comum Curricular: algumas reflexões. In: MELERO, Anna Maria Gouvea de Souza. **Premissas da iniciação científica**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. Disponível

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432519/1/PremissasdaInicia%C3%A7%C3 %A3o-Cient%C3%ADfica.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. [s.l], v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 19 dez. 2020.

SOUSA FILHO, Sinval Martins de; MOURA, Luana Medeiros de. Propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de livros didáticos para o ensino da variação linguística no ensino fundamental anos finais. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. [s.l], v. 2, n. 16, p. 70-91, 2020. Disponível em: http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/604>. Acesso em: 19 dez. 2020.

TOCANTINS. **Documento Curricular Tocantins**: Ensino Fundamental – Linguagens: língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes, Educação Física. Palmas: SEDUC, 2009. Disponível em: https://central.to.gov.br/download/209818>. Acesso em: 19 dez. 2020.

366